

DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL DA DEMOCRATIZAÇÃO

PEDAGOGICAL DIMENSIONS OF THE PROCESSES OF ORGANIZING BLACK MOVEMENTS IN DEMOCRATIZING BRAZIL

Paulo Cesar Ramos

Sociólogo com doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), atua em pesquisas sobre relações raciais, juventude, violência e políticas públicas. Possui experiência acadêmica e em instituições como Fundação Getulio Vargas (FGV), Unesco e Fiocruz, além de participação na formulação de políticas públicas. Realizou atividades internacionais, incluindo estágio no Canadá e pós-doutorado nos Estados Unidos. Coordena projetos de pesquisa e é autor de obra sobre juventude negra e participação política.

E-mail: ramos.pauloc@gmail.com

Julio Taimira Chibemo

Vice-reitor da Universidade Alberto Chipande, em Moçambique, tem atuação destacada na consolidação e expansão da instituição no ensino superior. Participou do processo de transformação do instituto em universidade, marco importante para a educação no país. Também é coautor de livro sobre educação contemporânea. Sua trajetória combina gestão acadêmica e produção intelectual.

E-mail: juliochibemo@gmail.com

Celso Luiz Prudente

Livre-docente e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp). É professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP. Atua nas áreas de cultura afro-brasileira, indígena, cinema e hermenêutica. É antropólogo, cineasta e curador da Mostra Internacional do Cinema Negro (Micine). Âncora do programa *Quilombo Academia*, Rádio USP.

E-mail: clsprudente@gmail.com

Resumo: O artigo analisa a trajetória do movimento negro brasileiro, especialmente de sua reinvenção durante a Nova República, ao superar a centralidade do “culturalismo” e ampliar seus repertórios de ação política. A discussão parte do livro *Orfeu e o poder*, de Michael Hanchard, e do debate crítico travado com a intelectual Luiza Bairros. O texto destaca a centralidade da produção cultural afrodiaspórica na consolidação de uma identidade

política negra, além dos desafios enfrentados pela transição da atuação artística para o campo da política institucional, especialmente após o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988. O debate entre Hanchard e Bairros foi fundamental para renunciar as discussões acadêmicas e internas do movimento, reforçando seu papel formador em cidadania. O artigo evidencia o processo de amadurecimento político das entidades negras, como o Movimento Negro Unificado (MNU) e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), que se consolidaram na década de 1990 e buscaram ampliar a incidência institucional e fortalecer alianças. Apesar dos avanços conquistados, persistem limites estruturais à superação do racismo, expressos na violência estatal e na exclusão socioeconômica. O texto finaliza indicando que o diálogo crítico entre as produções de Hanchard e Bairros permanece atual ao desafiar a academia e a militância a repensar estratégias antirracistas no cenário democrático brasileiro.

Palavras-chave: Movimento negro brasileiro. Identidade política. Cultura afrodiaspórica. Hegemonia racial. Ação coletiva.

Abstract: The article analyzes the trajectory of the Brazilian black movement, especially its reinvention during the New Republic, by overcoming the centrality of “culturalism” and broadening its repertoires of political action. The discussion is based on the book *Orpheus and power*, by Michael Hanchard, and the critical debate with the intellectual Luiza Bairros. The text highlights the centrality of Afro-diasporic cultural production in the consolidation of a black political identity, as well as the challenges faced in the transition from artistic action to the field of institutional politics, especially after the process of re-democratization and the promulgation of the 1988 Constitution. The debate between Hanchard and Bairros was fundamental in relaunching the academic and internal discussions of the movement, reinforcing its role as a training ground for citizenship. The article highlights the process of political maturation of black organizations, such as the Unified Black Movement (MNU) and the National Coordination of Black Organizations (Conen), which consolidated themselves in the 1990s and sought to expand their institutional influence and strengthen alliances. Despite the progress made, structural limits to overcoming racism persist, expressed in state violence and socio-economic exclusion. The text concludes by pointing out that the critical dialogue between the works of Hanchard and Bairros remains current, challenging academia and activists to rethink anti-racist strategies in the Brazilian democratic scenario.

Keywords: Black Brazilian movement. Political identity. Afro-diasporic culture. Racial hegemony. Collective action.

INTRODUÇÃO

A recente história do movimento negro brasileiro é repleta de aprendizados coletivos. Seus processos de decisões internas, as experiências eleitorais e as variadas formas de se relacionar com o Estado brasileiro são bases para ensinamentos sobre a vida coletiva e da luta por emancipação para as novas gerações de movimento negro, bem como para outros movimentos sociais no Brasil e em todo o Sul Global. Neste artigo, vamos nos concentrar em como foi possível, durante o processo político da Nova República, ampliar os repertórios de ação coletiva superando os limites do “culturalismo” ao qual o movimento negro brasileiro ficou preso por alguns anos. Faremos isso com a ajuda do debate entre dois intelectuais negros, Michael Hanchard e Luiza Bairros, a partir do livro do primeiro. Sem ousar dar razão a qualquer dos dois, focaremos pontos em que eles convergem. Usaremos alguns momentos que ilustraram os desafios que as organizações negras viveram durante o período de sua organização desde os anos 1980 até sua consolidação na década de 1990.

O livro *Orfeu e o poder*, de Michael Hanchard, foi publicado em 1995, em língua inglesa nos Estados Unidos, e em 2001, no Brasil, em português, pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O livro tem sido amplamente citado em bibliografias universitárias, especialmente em cursos de ciências sociais e história, o que evidencia a sua inserção no debate acadêmico. A abordagem adotada apresenta uma leitura crítica do movimento negro no Brasil, sem recorrer a interpretações conciliatórias, ainda que o autor mantenha afinidade com os temas e sujeitos analisados. Com base em referencial teórico de orientação gramsciana, a obra insere a questão racial no centro das discussões sobre hegemonia, articulando racismo e relações de poder em dimensões históricas e contemporâneas. A pesquisa empírica desenvolvida por Hanchard inclui entrevistas em profundidade, além de interações formais e informais com militantes do movimento negro nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, realizadas durante o período em que o autor residiu no país.

O recorte temporal adotado por Hanchard abrange o período de 1945 a 1988, articulando tanto elementos específicos desse intervalo histórico quanto aspectos que permanecem presentes nas dinâmicas contemporâneas dos movimentos negros no Brasil. Um dos focos centrais da análise é o papel da cultura – compreendida aqui como o uso de artefatos de referência africana – na formulação de discursos, na prática política, nas agendas e na própria conformação do movimento negro brasileiro contemporâneo. É, precisamente, a partir dessa dimensão que se estabelece um dos principais pontos de controvérsia em torno da obra, especialmente no debate público sobre o racismo e sobre os caminhos e impasses do movimento negro no país.

Parte da controvérsia decorre do conteúdo crítico presente na leitura que Hanchard oferece sobre o movimento, mas também do contexto histórico e político

dos sujeitos envolvidos tanto na produção quanto na recepção do livro: de um lado, os atores com os quais o autor estabeleceu interlocução no momento de elaboração da obra; de outro, os sujeitos que estavam em evidência no cenário público no momento de sua publicação nos Estados Unidos. Esses e outros aspectos foram objeto de discussão, notadamente a partir da resenha publicada, em 1996, pela então doutoranda Luiza Bairos, no Brasil.

A recepção de *Orfeu e o poder* no Brasil foi significativamente influenciada pelo artigo de Luiza Helena Bairos (1945-2016), então pós-graduanda em Sociologia na Universidade de Michigan, após ter deixado a direção nacional do Movimento Negro Unificado (MNU). Natural do Rio Grande do Sul e radicada na Bahia, Bairos já havia desempenhado papéis relevantes no interior do movimento negro brasileiro e, ao longo de sua trajetória, viria a atuar na formação de diversos intelectuais negros, como Osmundo Pinho, Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe Freitas. Ocupou cargos de gestão pública, tendo sido secretária de Igualdade Racial do governo da Bahia (2008-2010) e ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014).

Sua resenha crítica ao livro de Hanchard, intitulada “Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil” (Bairos, 1996), foi publicada na revista *Afro-Ásia*, da Universidade Federal da Bahia, e teve ampla circulação no debate nacional sobre relações raciais. A difusão do texto se deu tanto por sua qualidade analítica quanto pelo fato de constituir, à época, uma das principais referências acessíveis ao público brasileiro acerca da obra de Hanchard – autor já reconhecido em círculos militantes e acadêmicos voltados à temática racial, sendo, por isso, um intelectual orgânico (Gramsci, 1995).

Entre os principais argumentos apresentados por Bairos, está a crítica à forma como Hanchard interpreta a política praticada pelo movimento negro no Brasil, em especial no que se refere à relação com a cultura. Para a autora, haveria na obra um esforço de transposição de categorias oriundas do contexto norte-americano para o cenário afro-brasileiro, o que configuraria uma operação de natureza colonial em termos teórico-analíticos. Ela também aponta a ausência de reconhecimento das formas criativas de ação política desenvolvidas pelo movimento negro brasileiro. Em resposta, Hanchard (1996) publicou um artigo em que reconhece esse último ponto e debate as críticas apresentadas.

Assim, esse debate teve importância seminal para irrigar a criticidade de intelectuais e ativistas sobre a história recente (pós-1970) do movimento e revelou, sem sombra de dúvida, a evolução tanto do debate quanto da própria organização de negras e negros no Brasil, que, explicitamente, estavam entrando em outro momento organizativo.

Esse estado de coisas revela assim o caráter educativo do movimento negro, sobretudo em termos de cidadania (Gomes, 2017).

AJUSTAMENTOS HISTÓRICOS E CRÍTICOS

A relação entre cultura e política no interior do movimento negro brasileiro constitui um dos aspectos centrais de sua trajetória histórica. Longe de representar um aspecto secundário ou meramente estético, as expressões culturais – entendidas como formas simbólicas ancoradas em referências africanas e afrodiaspóricas – foram mobilizadas de maneira estratégica como parte do repertório de ação coletiva (Tilly, 2008) desde os primeiros esforços organizativos no século XX. Passaremos a mostrar como a articulação entre produção cultural e associativismo político conformou distintas formas de organização, debate e intervenção na demanda racial, evidenciando tanto a centralidade da cultura na constituição de uma identidade política negra quanto as tensões e os impasses que dela derivam. A análise percorre exemplos históricos e contemporâneos que ilustram os modos como atores e organizações negras operaram essa mediação entre arte, memória e política, apontando para os desafios que emergem da relação entre simbolismo cultural e práticas institucionais.

Antes de constituir um dilema específico para os movimentos negros no Rio de Janeiro e em São Paulo, a discussão sobre o culturalismo – e, de forma mais ampla, o uso estratégico da cultura como componente do repertório de ação coletiva – já se fazia presente ao longo da história do movimento negro no século XX, e possivelmente se estende ao século XXI. Ao longo do tempo, expressões artísticas têm sido mobilizadas como forma de ação política, independentemente do período histórico ou do contexto, desde que se adote a concepção de cultura como a criação humana voltada ao cultivo da beleza e às experimentações sensoriais – auditivas, visuais, cinéticas, entre outras.

No contexto da diáspora africana, afrodescendentes lançaram mão de cantos, danças, artes visuais e literatura como ferramentas políticas. Já no início do século XX, ativistas fundavam entidades, editavam jornais, promoviam saraus e publicavam livros de poesia. Abdias do Nascimento, por exemplo, atuou como escritor e dramaturgo, fundando uma escola de teatro que se tornou a principal organização negra no Rio de Janeiro nos anos 1950, o Teatro Experimental do Negro (TEN), que congregou os principais artistas e intelectuais da resistência brasileira contra a opressão e o fascismo, como foi notadamente o caso de Vinicius de Moraes, atuando ao lado de Abdias do Nascimento, o sociólogo Guerreiro Ramos, o ator Haroldo Costa, o sociólogo francês Roger Bastide, entre outros. Em São Paulo, a principal associação naquele período foi a Associação Cultural do Negro (Silva, 2012). Também merece destaque o movimento da negritude, articulado por membros da diáspora africana ligados à francofonia, com jovens intelectuais negros de várias origens nacionais que frequentavam o Caffee Latte (Kabengele,

o griô antirracista, 2023). Esse movimento teve trajetória singular, iniciado como expressão literária e culminando em conquistas políticas relevantes, como a eleição de um de seus protagonistas, Leopold Senghor, à Presidência do Senegal, cargo que ocupou entre 1960 e 1980 (Munanga, 2009).

A crítica à ideia de democracia racial, como mecanismo de ocultamento das profundas desigualdades raciais e das múltiplas formas de racismo e exclusão existentes no Brasil, desempenhou papel fundamental na constituição de um sentido coletivo entre a população negra. Desde os primeiros momentos do chamado movimento negro contemporâneo, a mobilização por meio de produções culturais e artefatos artísticos esteve presente como estratégia de ação política (Pereira, 2010). O Grupo Cultural Palmares (GCP), fundado em 1971, é um exemplo paradigmático: composto de pessoas vinculadas às letras, tinha no poeta Oliveira Silveira sua figura mais proeminente. Em São Paulo, a militante, atriz e dramaturga Thereza Santos fundou, em 1972, o Centro de Cultura e Artes Negras (Silva, 1994). No Rio de Janeiro e na Bahia, respectivamente, foram criados em 1974 o Instituto de Pesquisa e Artes Negras e o Grupo Ilê Ayê, do qual emergiram importantes militantes negros.

Essas experiências indicam como o movimento negro contemporâneo se caracteriza, entre outros aspectos, pela centralidade estratégica da difusão de expressões artísticas fundamentadas na experiência afrodiaspórica. No entanto, ao longo do tempo, os desdobramentos institucionais desses grupos foram diversos. O Grupo Ilê Ayê consolidou-se como uma organização com forte atuação artística e reconhecimento público (Silva, 2001). O Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN), que participou da fundação do MNU em 1978, permanece em atividade como parte do conjunto de entidades negras em atuação no país. Já o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), apesar de sua relevância nas articulações políticas do período, encerrou suas atividades em 1980, tendo sido constantemente tensionado internamente pela demanda por maior politização de suas ações. Embora tenha acolhido as discussões para a criação do MNU, o Cecan optou, estrategicamente, por não subscrever a carta de fundação datada de 18 de junho de 1978, para garantir importantes conquistas na resistência contra o racismo, que necessitavam ser preservadas em razão do seu poder agregador/multiplicador. O GCP, que foi formado por afro-gaúchos, liderado pelo poeta Oliveira Silveira, destacou-se com a defesa da figura de Zumbi dos Palmares e pela proposição da efeméride de 20 de novembro como marco simbólico, e dissolveu-se durante o processo de fundação do MNU (Campos, 2006). Logo depois, seus integrantes se rearticularam para atividades de difusão cultural pela Associação Negra de Cultura:

[...] o Grupo Palmares passou por rearticulação nos seus estatutos em que houve um pequeno avanço. Além de realizar palestras, conferências,

apresentação musical, seminários e outras formas de apresentação cultural, promover a troca de experiências entre produtores de arte e cultura latente das classes populares, difundir para a sociedade em geral, independente de origem étnica ou classe social, ideias sobre a possibilidade de expressão de indivíduos a partir de suas experiências de vida. Promover maior participação do negro no processo político e social brasileiro, realizar intercâmbio com outros grupos e entidades (Entrevista concedida por Helena Machado em 2018 – Marques, 2019, p. 50).

É um enorme aprendizado somar à movimentação cultural as ideias de embates políticos. Esse é um dos grandes aprendizados e ensinamentos que a mobilização negra pratica. A mobilização das artes desempenhou um papel relevante na constituição de um sentido de identidade coletiva entre os negros no Brasil, particularmente por meio do resgate de conexões simbólicas com um passado africano. Esse processo envolveu a apropriação de referências culturais do continente africano como forma de reconstruir narrativas históricas e subjetividades. O sentido político de “povo negro” elaborado pelo movimento negro brasileiro estrutura-se, portanto, a partir de uma base étnica, expressando-se como identidade política sustentada pela noção de um passado comum entre os descendentes africanos no país. Essa estratégia permitiu aos afrodescendentes brasileiros afirmar-se como sujeitos históricos cuja trajetória não se inicia com a escravidão, mas como portadores de criatividade, inteligência e humanidade, em oposição aos estigmas herdados da violenta ordem escravocrata.

Nesse contexto, a arte foi acionada como instrumento político para a consolidação de uma identidade coletiva em períodos nos quais as vias institucionais de participação estavam fechadas aos grupos historicamente excluídos. O cenário transformou-se com o processo de redemocratização, como veremos adiante, marcado pela legalização dos partidos políticos, pelo retorno do voto direto para a Presidência e pela abertura de espaços institucionais de participação. A cultura conquistou reconhecimento e institucionalização, exemplificada pela criação da Fundação Cultural Palmares em agosto de 1988, poucos meses antes da promulgação da nova Constituição brasileira. Como todo aprendizado, esse também tem seus limites. O desafio que se impôs nesse novo contexto foi justamente o de atuar no interior da política institucional. Nesse ponto, Hanchard chama a atenção ao sugerir que as práticas artístico-culturais teriam, em certa medida, obscurecido ou deslocado a centralidade da disputa por posições de poder no interior do Estado, resultando na obliteração da política como capacidade de exercício de autoridade nos marcos institucionais.

QUÃO LONGE PODE IR A POLÍTICA NA CULTURA?

As formas de usar ou de conceitualizar o que é política podem ser mais ou menos rigorosas (Sartori, 1970). A formulação segundo a qual todas as esferas da vida social são atravessadas por relações de poder – inclusive os domínios mais íntimos e privados das relações humanas – constitui uma importante contribuição ao alargamento do conceito de política. No entanto, ao afirmar-se que “tudo é político” e que todas as dimensões da vida social devem ser politizadas, é necessário considerar que determinadas arenas de poder exigem repertórios específicos para sua ocupação, exercício e transformação. A experiência histórica demonstra que é possível realizar práticas políticas por meio da cultura e da arte. No entanto, o acesso aos espaços institucionais do Estado e a atuação neles – e, portanto, a efetiva capacidade de exercer o poder estatal – requerem outras formas de mediação e disputa, que não se esgotam na dimensão simbólico-cultural. Como veremos a seguir, os movimentos negros levaram essa lição a cabo também.

Em termos de políticas públicas, existem espaços mais ou menos abertos para a inclusão das questões raciais, e, como podemos observar, a educação e a cultura, mesmo o trabalho e a saúde, são áreas em que foi possível termos avanços. Se observarmos o documento entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) em 1995, em quase todos os capítulos e propostas pontuados empreenderam-se avanços. Contudo, a área de violência e segurança pública não só padece de propostas de soluções específicas para a população negra como o problema se aprofundou.

Além disso, pessoas negras eleitas para cargos de representação política nem se aproximam da representatividade negra na sociedade brasileira. Isso nos três poderes instituídos e nos três níveis da Federação. Muito se luta por isso, e há alguns avanços, como a Lei nº 4.041, de 2020, que obriga os partidos a ter um mínimo de candidatos negros e prevê recursos para suas campanhas. Lembrando que se faz muita política com cultura, mas a política possui suas esferas e seus expedientes próprios.

O APRENDIZADO DA DEMOCRATIZAÇÃO

Talvez o ponto mais crítico do artigo de Luiza Bairos à obra de Hanchard seja também aquele em que ambos demonstram maior convergência. Independentemente da presença ou não de uma perspectiva afro-americana na análise dos problemas brasileiros, o livro de Hanchard encerra-se com uma conclusão que apresenta recomendações e sugestões ao movimento negro no Brasil. O período subsequente à sua publicação será, em alguma medida, marcado pela materialização de algumas das direções apontadas na obra, como será discutido adiante. Essa correlação, contudo, não deve ser interpretada como relação causal direta – ou seja, não se trata de afirmar que tais acontecimentos decorreram, necessariamente, das proposições do autor. Ainda assim, as recomendações apresentadas no texto podem ser compreendidas como indicativos

da necessidade de um aprofundamento na atuação propriamente política do movimento, incluindo a ampliação da historicização, a sistematização de dados e o fortalecimento das articulações de base em diálogo com um projeto nacional.

Tanto em *Orfeu e o poder* quanto no artigo de Bairros, encontram-se referências a elementos conjunturais da época, como o debate sobre o significado das mobilizações em torno da comemoração do centenário da abolição, em 1988. Ambos reconhecem o impacto daquelas ações, embora Bairros aponte uma contradição na análise de Hanchard. Passadas algumas décadas e considerando marcos posteriores, é possível argumentar que os eventos de 1988, embora relevantes, foram superados em termos de repercussão política e simbólica por outros acontecimentos promovidos pelo movimento negro nos anos seguintes. Tal constatação suscita reflexões sobre a capacidade dos movimentos sociais de gerar visibilidade política por meio da produção de eventos de forte apelo público e midiático.

Entre os anos de 1991 e 1994, Luiza Bairros teve papel de destaque na condução de importantes articulações no interior do movimento negro, especialmente no âmbito do MNU. Nesse período, liderou um processo que, segundo Edson Lopes Cardoso (2006, p. 34-37), resultou na transição do MNU de uma “entidade” para uma “organização”. Essa transformação foi impulsionada por lideranças da Bahia, do Distrito Federal e de Goiás, evidenciando uma característica marcante do MNU: sua dinâmica federativa, estruturada a partir de realidades e articulações estaduais. De acordo com Cardoso (2006), essa mudança institucional esteve vinculada à formulação coletiva de um projeto político voltado ao povo negro no Brasil, o que implicava um avanço tanto programático quanto discursivo. A partir desse momento, o MNU passaria a se dirigir não apenas à população negra, mas também ao conjunto da sociedade brasileira, assumindo uma posição mais ampla no debate nacional¹.

Trata-se de uma movimentação de grande relevância, cuja consideração é fundamental para a compreensão das disputas políticas em torno das estratégias de enfrentamento do racismo pelas organizações negras no Brasil. Os registros do período em que Luiza Bairros e Edson Lopes Cardoso iniciavam as articulações mencionadas indicam que o MNU era, em certos contextos, percebido como uma organização vinculada ao passado, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Bairros, 1996, p. 179).

¹ À época em que o livro de Hanchard era publicado e repercutia no debate público e acadêmico, o autor já havia retornado aos Estados Unidos, atuando como professor visitante na Universidade de Harvard. Apesar do retorno, manteve vínculos com o Brasil e com interlocutores locais. Por sua vez, Luiza Bairros já era uma figura consolidada no campo da política racial no país. Seu percurso combinava atuação acadêmica – com contribuições relevantes para o estudo das relações raciais e das desigualdades no Brasil (Pinho, 2016) – e engajamento político, tendo desempenhado funções significativas na estrutura do movimento negro. Destaca-se, entre essas experiências, sua atuação como primeira coordenadora nacional do MNU, momento que marcou uma inflexão importante na trajetória organizativa da entidade.

Em São Paulo, esse diagnóstico contribuiu para o surgimento de uma nova articulação, organizada em formato de frente ampla ou estrutura guarda-chuva, que buscava congregar militantes provenientes de distintas entidades negras. Essa iniciativa foi, em parte, fruto dos acúmulos dos encontros regionais de negros e negras, realizados desde os anos 1970, que já ensaiavam formas de articulação política mais amplas e integradas.

Figura 1: Cartaz do 1º Encontro Nacional de Entidades Negras



Fonte: Acervo Soweto Organização Negra/Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas.

Em 1991, ano em que o MNU passava por uma inflexão estratégica, foi realizado, em São Paulo, o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras. Embora o MNU tenha sido convidado a participar, não exerceu influência sobre sua organização, sendo, segundo registros, excluído da instância de direção do evento e tendo uma posição crítica. Dessa articulação resultou a criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), que assumiu uma linha de atuação voltada à ocupação de espaços institucionais, estabelecendo alianças explícitas com partidos de esquerda e com o movimento sindical. Entre as décadas de 1980 e 1990, verifica-se um processo de fortalecimento institucional de entidades negras por meio da formalização jurídica como organizações não governamentais, institutos e outras figuras organizativas, aproveitando as possibilidades abertas pela Constituição Federal de 1988. Esse processo também foi impulsionado pela ascensão de administrações municipais vinculadas a partidos do campo democrático e popular – como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) – que passaram a incorporar quadros negros em suas estruturas de governo.

Outro marco relevante na trajetória do movimento negro ocorreu em 1995. Se até esse ano os principais momentos de mobilização haviam sido a fundação do MNU, em 1978, e as comemorações do centenário da abolição, em 1988, o ano de 1995 introduziu um novo patamar de organização. Naquele ano, foi realizada uma grande marcha em Brasília, caracterizada por expressiva unidade do campo negro, ampla pauta de reivindicações e entrega formal de demandas ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Esse episódio marcou o início de um ciclo de debates mais sistemático sobre políticas públicas voltadas à população negra, incluindo a crescente circulação da proposta de ações afirmativas no ensino superior.

Esse conjunto de iniciativas expressa um período de intensa atuação institucional do movimento negro, demonstrando novas formas de ação coletiva integradas ao seu repertório, fruto do aprendizado coletivo (Rios, 2014). Tudo isso convergente com algumas das sugestões presentes nas páginas finais de *Orfeu e o poder*, nas quais Hanchard propõe o aprofundamento da intervenção política dos movimentos. O recorte empírico da obra – Rio de Janeiro e São Paulo, entre 1945 e 1988 – revela-se, assim, instrutivo, especialmente por delimitar um arco temporal que culmina no ano imediatamente anterior à promulgação da Constituição democrática de 1988, demarcando a transição para um novo contexto de possibilidades políticas.

Apesar da demonstração de unidade promovida pelas organizações negras em 1995, persistiam diferenças quanto às estratégias políticas adotadas por distintos segmentos do movimento. Ou seja, tratava-se de uma unidade construída na diversidade. A Conen concentrava seus esforços no aprofundamento das articulações com partidos políticos, sindicatos e demais setores da política institucional. O MNU, por sua vez,

investia na consolidação de uma estrutura organizativa mais centralizada e hierarquizada, ao mesmo tempo que buscava ampliar a coesão interna por meio de congressos, formulação de teses e ações voltadas à formação política de seus militantes. De maneira geral, embora por caminhos distintos, ambas as organizações buscavam ampliar sua capacidade de incidência – seja por meio do fortalecimento das alianças político-institucionais, seja pela qualificação do debate interno e da elaboração programática.

A trajetória das organizações negras brasileiras ao longo das décadas de 1980 e 1990 revela um processo contínuo de aprendizado político, marcado pela complexificação de suas estratégias de enfrentamento do racismo e pela diversificação de suas formas de atuação. O período posterior à redemocratização foi decisivo para a redefinição dos repertórios de ação coletiva, incorporando com maior intensidade práticas voltadas à institucionalização, à formulação de políticas públicas e à disputa simbólica no espaço público. Ainda que divergências estratégicas entre organizações como o MNU e a Conen tenham se acentuado nesse contexto, ambas expressaram, à sua maneira, esforços consistentes de inserção nos circuitos formais da política. Nesse sentido, *Orfeu e o poder* antecipa, ao menos em parte, alguns dos dilemas e desafios que se colocariam à militância negra em tempos de democracia formal. Mais do que um diagnóstico fechado, esse período pode ser lido como um convite à reflexão crítica sobre os caminhos possíveis da luta antirracista, especialmente quando essa luta se projeta para além da denúncia e reivindicação, assumindo também a tarefa de disputar projetos de sociedade.

À GUIA DE CONCLUSÃO: AS LIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO PARA O CAMPO ANALÍTICO

A análise dessas mobilizações negras no Brasil revela não apenas transformações significativas no repertório político do movimento, mas também contribuições substanciais para o campo analítico das ciências sociais. Ao dialogar com a obra *Orfeu e o poder*, de Michael Hanchard, e com a crítica formulada por Luiza Bairros, torna-se possível acessar uma reflexão densa sobre as formas de dominação racial e as estratégias de resistência negra em contextos democráticos e reforçar o movimento negro como educador (Gomes, 2017). O embate interpretativo entre Hanchard e Bairros permite compreender como o conceito de hegemonia racial pode ser mobilizado para pensar tanto os mecanismos de coerção e consentimento quanto os limites estruturais enfrentados pelas populações negras na busca por transformação social.

Em vez de apresentar uma conclusão, esta última seção propõe a continuidade da exploração dessas tensões, destacando como o movimento negro brasileiro não apenas foi objeto de análise crítica, mas também agente ativo na produção de conhecimento e na redefinição dos paradigmas analíticos sobre raça, poder e democracia.

Ao tensionar os usos de categorias como “processo” e “sistema” na definição da hegemonia racial, Luiza Bairos atualiza o debate e propõe um olhar mais atento às formas pelas quais a violência – simbólica e física – continua a estruturar as relações raciais no país, mesmo após a redemocratização. Partindo dessa interlocução crítica, será possível examinar como as mobilizações negras contribuíram para o avanço de políticas públicas, ao mesmo tempo que revelaram os limites persistentes da democracia brasileira em romper com as bases da dominação racial.

As transformações observadas nas mobilizações negras, particularmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, revelam como essas experiências históricas oferecem subsídios relevantes para a análise crítica das relações raciais no Brasil. A leitura de *Orfeu e o poder*, em diálogo com a crítica elaborada por Luiza Bairos, fornece um campo fértil para revisitar conceitos fundamentais das ciências sociais, ao mesmo tempo que permite conectar essas reflexões a um vasto conjunto empírico construído pelas lutas negras organizadas. A partir desse diálogo, a própria noção de hegemonia racial é tensionada, sobretudo quando Bairos (1996, p. 181) propõe uma inflexão interpretativa: mais do que um processo contínuo de socialização ideológica, a hegemonia racial no Brasil deve ser compreendida como um sistema que combina práticas simbólicas e materiais de exclusão – que vão da violência física à precariedade econômica, afetando de modo desproporcional a população negra.

Essa crítica se articula diretamente à trajetória do movimento negro desde os anos 1970, especialmente a partir da campanha “Reaja à Violência Racial”, lançada pelo MNU nos anos 1990 (Ramos, 2024), e que mais tarde seria acompanhada por uma intensificação do interesse acadêmico pelo tema da letalidade racial (Ramos, 2012; Sinhoretto; Moraes, 2018). Ao questionar os limites da categoria “processo” para definir a hegemonia racial, Bairos recoloca no centro da análise a agência do movimento negro e sua capacidade de reconfigurar o dinamismo das relações raciais no país, mesmo diante de entraves históricos. Essa era, inclusive, a impressão de muitos observadores no início dos anos 1990, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu oficialmente a existência da discriminação racial e a figura de Zumbi dos Palmares como herói nacional – demandas históricas que remontam ao ciclo de protestos iniciado com o surgimento do MNU, ainda sob a ditadura militar.

No entanto, à luz das décadas seguintes, é necessário problematizar os sentidos da hegemonia democrática construída no pós-1988. Apesar de avanços concretos na formulação de políticas públicas voltadas à inclusão da população negra – nos campos da educação, da saúde e do trabalho – e da ampliação de direitos via programas de transferência de renda e valorização do salário mínimo, o período também assistiu à intensificação de formas de repressão. O crescimento da população carcerária e a escalada dos índices de homicídios, que passaram de 35 mil em 1990 para 60 mil em 2017,

revelam o descompasso entre os marcos democráticos e as práticas cotidianas de violência que incidem sobre os corpos negros.

Esses dados reforçam a constatação de que o Brasil ainda está longe de romper com o regime de dominação racial que estrutura suas instituições. Houve conquistas importantes – como a criminalização do racismo e o fortalecimento de uma consciência racial mais disseminada entre diferentes segmentos sociais –, mas também a persistência de formas renovadas de exclusão que se reproduzem pelas frestas do Estado democrático. Por essa razão, os dilemas levantados por Hanchard e Bairros continuam não apenas atuais, mas também desafiadores, tanto para a produção acadêmica quanto para a formulação de estratégias políticas antirracistas. A permanência da dominação racial em meio a contextos de ampliação de direitos revela os limites da democracia brasileira e convoca uma articulação mais profunda entre crítica social e ação transformadora. A concordância entre Bairros e Hanchard sobre a necessidade de uma reorganização política do campo antirracista em torno de um projeto coletivo estruturante permanece, portanto, como uma das proposições centrais para enfrentar os impasses do presente.

REFERÊNCIAS

- BAIRROS, L. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 17, p. 173-186, 1996.
- CAMPOS, D. M. C. de. *O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CARDOSO, E. L. Entrevista a Verena Alberti e Amílcar Pereira. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getulio Vargas, 2006. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/storage/historal/arq/Entrevista1457.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HANCHARD, M. G. Resposta a Luiza Bairros. *Afro-Ásia*, n. 18, p. 227-234, 1996.
- HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder*. Movimento negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, Ucam-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- KABENGLE, o griô antirracista. Direção: Celso Luiz Prudente. São Paulo: Canal Futura / TV PUC-SP, 2023. 1 vídeo (27 min).
- MARQUES, E. G. *Grupo Palmares em Porto Alegre na década de 1970: o papel de mulheres negras ativistas*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PEREIRA, A. A. “*O mundo negro*”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- PINHO, O. Luiza Bairros: um legado sociológico e uma inspiração intelectual por Osmundo Pinho. *Lasa Forum*, v. 51, n. 2, p. 99-101, 2016.
- RAMOS, P. A violência contra jovens negros no Brasil. *Carta Capital*, 15 ago. 2012.
- RAMOS, P. C. *Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)*. São Paulo: Elefante, 2024.
- SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, v. 64, p. 1033-1053, 1970.
- SILVA, F. C. C. da. *Construção e desconstrução de identidade racial em Salvador: MNU e Ilê Aiyê no combate ao racismo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.
- SILVA, J. M. F. da. *Centro de Cultura e Arte Negra: trajetória e consciência étnica*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SILVA, M. A. M. da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 85, p. 227-273, 2012.
- SINHORETTO, J.; MORAIS, D. de S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales*, n. 64, p. 15-26, 2018.
- TILLY, C. *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Recebido em: 09.08.2025

Aprovado em: 14.10.2025